

2025

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INFANTIL SEMEANDO SABER



**[PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO]**

2025

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

Instrumento que reflete a proposta educacional do Centro Municipal de Educação Infantil Semeando Saber, expressando o planejamento do trabalho coletivo da comunidade escolar, cujas responsabilidades, pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

***Um livro, uma caneta, uma
criança e um professor podem
mudar o mundo.***

Malala Yousafzai

SUMÁRIO

1. Apresentação	6
2. Dados da Unidade Escolar	7
3. Histórico	7
4. Missão.....	8
5. Diagnóstico	8
5.1. Resultados Finais do Ano Anterior	9
5.2. Análise SWOT	9
6. Objetivos.....	11
6.1. Objetivo Geral.....	11
6.2. Objetivos Específicos	11
7. Princípios Legais e Norteadores da Educação Básica	13
7.1. Princípios Legais.....	13
7.2. Princípios Epistemológicos	15
7.3. Princípios didático-pedagógicos.....	16
7.4. Princípios Éticos	17
7.5. Princípios Estéticos	17
8. Estrutura e Funcionamento da Instituição	17
8.1. Organização Administrativa e Pedagógica	17
8.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos	18
8.3. Organização das turmas e Participação Discente	19
8.3.1. Educação Infantil.....	19
8.3.2. AEE – Atendimento Educacional Especializado.....	19
8.3.3. Regimento Escolar	20
8.3.4. Conselho de Classe	20
8.4. Recursos humanos	21
8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica.....	21
8.4.2. Docentes.....	21
8.4.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais.....	22
9. Organização Curricular.....	22
9.1. Educação Infantil.....	22
9.2. Orientações Metodológicas e Ações Pedagógica	25
10. Iniciativas Educacionais	31
10.1. Projetos Municipalizados e Institucionais.....	31
10.2. Projetos da Instituição.....	43
10.3. Temas Transversais	45
11. Avaliação.....	46
11.1. Critérios de Avaliação	47
11.1.1. Educação Infantil.....	47
11.1.2. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva...47	
12. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição.....	50

13. Referências Bibliográficas.....	55
14. Ata de Aprovação.....	58
15. Anexos	59



1. Apresentação

O Projeto Político Pedagógico do CMEI Semeando Saber tem por finalidade assegurar o direito da criança em estar em um espaço propiciador de seu desenvolvimento integral, além da garantia de assistência na ausência de sua família. Este documento fundamenta-se em um projeto pedagógico, delimitando os pressupostos teóricos condutores da dinâmica da instituição.

A educação deve ser essencialmente lúdica, prazerosa, fundada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando as crianças em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem seu desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção integradora e totalizadora.

A criança, sujeito de seu processo de aprendizagem, constrói por si própria, valores e regras. Dessa forma, respeitando o seu desenvolvimento, o seu processo de construção de conhecimentos, por meio de suas interações com o mundo físico e social, há que se oportunizar situações para a tomada de decisões, escolhas e intercâmbio de pontos de vista, promovendo a manifestação da autonomia e da cooperação, tão importantes na formação do cidadão.

Algumas linhas norteadoras orientarão a ação pedagógica com crianças de 1 a 4 anos. Essas serão as pautas para nossos conceitos curriculares:

- A criança deve ser respeitada como um ser único em seu processo de desenvolvimento;
- A aprendizagem deve centrar-se em seus interesses e necessidades, respeitando e motivando o seu processo evolutivo;
- As experiências de aprendizagem promovidas devem ser aquelas mediante as quais o educando adquira conhecimentos, desenvolva habilidades, destrezas, atitudes e valores que lhe permitam estabelecer as bases facilitadoras da integração para enfrentamento de sua própria realidade;
- As atividades devem propiciar vivências ricas com o mundo da leitura e da escrita, considerando também o desenho, a literatura infantil, a poesia, a música e a dança;
- A metodologia deve ser ativa, participativa, orientada para a prática e para a reflexão, sendo fundamental para o educando o “aprender fazendo”;
- Devem ser valorizadas tanto as experiências individuais como as grupais;
- As crianças com necessidades educacionais especiais e com algum tipo de deficiência, deverão receber apoio, orientação além de recursos didático-pedagógicos para que as mesmas possam se desenvolver e integrar-se totalmente ao ambiente escolar;
- O educador deve valorizar as experiências das crianças e criar uma relação horizontal dialógica e recíproca entre eles e elas próprias;
- Os conteúdos devem estar inter-relacionados e presentes no programa,

para que a criança possa compreender processos e conceitos fundamentais e, assim, ampliar o seu desenvolvimento.

- Defendemos a ideia de que a ação educativa da instituição de Educação Infantil deve interpretar os interesses imediatos das crianças e os saberes já construídos por elas, além de buscar ampliar o ambiente simbólico a que estão sujeitas, bem como comprometer-se em garantir o direito à infância que toda criança tem. Acreditamos que é no Centro de Educação Infantil que iniciamos o processo de educação para a cidadania. Educar para a cidadania envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros, implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação.

2. Dados da Unidade Escolar

Nome:		
Centro Municipal de Educação Infantil		
Endereço:		
Rua Antônia Francisca Passos, Nº 849; Setor Oeste. CEP:73.850-000		
Endereço Eletrônico:		
cmeisemeandosaber@cristalina.go.gov.br		
Localização:		
Zona Urbana		
CNPJ:	Código INEP:	Forma de Manutenção:
35.310.672/0001-88	52104958	Pública mantida pela PMC
Lei de Criação:		
Lei Municipal Nº 2.376, de 25 de junho de 2018.		
Ato Autorizativo em Vigor: Autorização de Ren. De Func.- Esolução CME Nº 106/2023, vigência 26/10/2026		
Níveis e Modalidades Ofertados:		
Educação Infantil – Creche – Agrupamento de 1 a 3 anos Educação Infantil – Pré-Escola – Agrupamento de 4 anos		
Turnos/Horário de Funcionamento Pedagógico:		
Matutino – 7h30 às 11h30: Agrupamentos de 4 anos Vespertino – 13h às 17h: Agrupamentos de 4 anos Integral – 7h30 às 17h: Agrupamento de 1 e 2 anos (multisseriado) e Agrupamento de 3 anos		

3. Histórico

O Centro Municipal de Educação Infantil Semeando Saber iniciou suas atividades educacionais no dia dezenove de março do ano de dois mil e dezoito (19/03/2018), tendo como Coordenadora Geral a professora **Neliane Bezerra Cirino**, graduada em Pedagogia, com pós-graduação em Neuropedagogia e Psicanálise.

Com o intuito de atender à demanda do município de crianças na fase de creche e pré-escola residentes nos bairros próximos à instituição, o trabalho iniciou-se com aproximadamente 56 crianças de 2 a 4 anos. Em 25 de junho de 2018, via decreto Lei, criou-se o “Centro Municipal de Educação Infantil Semeando Saber”. Atualmente, a instituição atende a aproximadamente 120 crianças em período integral e parcial e tem como Coordenadora Geral a professora **Patrícia Gonçalves Neves**, graduada em Pedagogia.

Esta instituição de ensino trabalha para o bom desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, bem como para a formação do caráter da criança com valores e princípios, dando amor, respeito, carinho e tudo mais que ela precisa para um bom desenvolvimento.

4. Missão

Com base principalmente na LDB 9394/96 em seu artigo 29: “A educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Dessa forma o CMEI Semeando Saber trabalha diariamente com crianças de 1 a 4 anos, 11 meses e 29 dias, no intuito de assegurar-lhes seus direitos, oferecendo-lhes um espaço rico e estimulador, garantindo sua aprendizagem e bem-estar através de uma educação essencialmente lúdica fundamentada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando-as em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem seu desenvolvimento integral. Salientamos, ainda, que o trabalho da equipe que compõe o nosso quadro prima pela “qualidade de ensino”, ou seja, nossa missão é Educar nossas crianças com a máxima qualidade sem jamais esquecer da “afetividade”, vencendo os desafios e as dificuldades que surgirem ao longo do caminho.

5. Diagnóstico

5.1. Resultados Finais do Ano Anterior

Série	Matrícula Inicial	Transferidos	Evadidos	Matrícula Final
Agrupamento Multi de 1 e 2 anos	33	9	--	24
Agrupamento Multi de 2 e 3 anos	26	2	--	24
Agrupamento de 3 anos	32	8	1	23
Agrupamento de 4 anos	28	5	--	23

5.2. Análise SWOT

(Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças)

A Análise SWOT é uma ferramenta estratégica que visa identificar e compreender as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da escola, contribuindo para o planejamento e a tomada de decisões. A partir dessa análise, é possível traçar estratégias que potencializem os pontos fortes da instituição, minimizem os pontos fracos, aproveitem as oportunidades externas e enfrentem as ameaças, criando ações por meio de projetos ou outras iniciativas que impulsionem a transformação e o aprimoramento contínuo da escola.

Forças (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
- Programa AlfaMais Goiás: Garante a alfabetização de todas as crianças nos primeiros anos.	- Falta de rotina de estudos em casa: Muitas crianças não têm acompanhamento familiar para estudar fora da escola.
- Kits literários: Incentivam a leitura e o desenvolvimento da escrita desde os primeiros anos.	- Desinteresse parental: Pais não participam ativamente das reuniões e não buscam informações sobre os filhos.
- Feira cultural e tecnológica: Crianças são protagonistas, mostrando suas habilidades em projetos interativos.	- Crianças sozinhas em casa: Muitas ficam sem supervisão, afetando seu bem-estar e aprendizado.
- Projetos educacionais de parceiros privados: Oferecem recursos extras e novos programas.	- Influência das telas: Uso excessivo de dispositivos eletrônicos, prejudicando o foco no estudo.
- Projetos educacionais de parceiros privados: Oferecem recursos extras e novos programas.	- Crianças criadas por avós: Falta de acompanhamento adequado dos filhos, dificultando o desempenho escolar.
- Transporte escolar: Garante o acesso à escola para alunos de áreas distantes.	- Estrutura física: necessita de reformas, para mais adequações inerentes à Educação Infantil.
- Liderança forte e comprometida: Garantia de boa gestão e qualidade do ensino.	- Rotatividade de funcionários: Levam tempo para se adaptar à rotina e às normas da instituição, sendo que muitos não possuem experiência para a função.
- Localização: Trata-se de uma instituição que se encontra muito bem localizada;	- Recursos Tecnológicos: melhor aceitação às mudanças tecnológicas por parte de alguns profissionais da equipe docente; aprender a utilizar as tecnologias digitais a favor da aprendizagem;
- Trabalho em equipe: Equipe gestora totalmente engajada, disposta a buscar recursos e minimizar as dificuldades pertinentes do cotidiano escolar.	- Relacionamento Interpessoal: É importante dar ênfase em propostas para melhorar o relacionamento interpessoal.
- Confiabilidade dos Pais: A confiança dos pais, das crianças e da comunidade escolar faz a diferença no potencial educacional enquanto instituição de ensino.	
Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
- Expansão de programas de alfabetização (como o AlfaMais Goiás) para consolidar a aprendizagem nos primeiros anos.	- Vulnerabilidade social e econômica: A pobreza nas famílias afeta o desempenho e a permanência na escola.
- Busca Ativa - Fortalecer a busca ativa dos estudantes para garantir sua participação e acompanhamento contínuo	
- Programas de treinamento e formação: Capacitação contínua para professores e gestores.	- Instabilidade política: Mudanças nos gestores podem afetar o andamento de programas educacionais.
- Entrega de kits escolares: Garante que todos os alunos tenham os materiais necessários para aprender.	- Violência nas comunidades: Impacta a segurança dos alunos e o ambiente escolar.

<p>- Integração da Computação na Educação, alinhada às diretrizes da BNCC: desenvolver habilidades em pensamento computacional e preparar os alunos para os desafios do futuro digital, enriquecendo o processo de aprendizagem.</p>	<p>- Desinteresse dos pais: Falta de acompanhamento e apoio dos pais ao desempenho escolar dos filhos.</p>
<p>- Parcerias com a iniciativa privada: Recursos adicionais para expandir programas como a Feira cultural.</p>	<p>- Desigualdade educacional: Diferenças no nível de preparação dos alunos, impactando a eficácia do ensino.</p>
<p>- Projetos de interação com Comunidade: A instituição procura oferecer seus trabalhos com confiança e segurança, buscando um clima favorável à aprendizagem, proporcionando um ambiente agradável e seguro.</p>	<p>- Evasão escolar: A alta taxa de abandono, especialmente em áreas de vulnerabilidade social.</p>
<p>- Momentos reflexivos - em busca de melhorias no processo de aprendizagem e do desenvolvimento das crianças, contando sempre com profissionais qualificados e engajados, visando agregar oportunidades.</p>	<p>- Fragilidade do prédio: Muros baixos sem cerca elétrica, janelas e portas sem proteção, entre outros possibilitando arrombamentos e furtos de materiais da escola gerando conseqüentemente a falta de segurança.</p>

6. Objetivos

6.1. Objetivo Geral

Embasado na fundamentação da Educação Infantil e na sua finalidade, esta Instituição de Ensino tem como objetivo geral o aprimoramento de potencialidades das crianças, criando condições em que elas possam vivenciar o desenvolvimento de habilidades de interação, participação e convivência, garantindo assim as aprendizagens essenciais. Além do mais criar condições para que a criança entenda o mundo em que vive, em seus aspectos culturais e sociais, de forma lúdica, crítica e transformadora em ambiente agradável, estimulador e feliz.

6.2. Objetivos Específicos

Nossos objetivos específicos consistem em:

- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e integração social;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos, e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente, e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade;
- Estimular a socialização da criança ao seu meio material e social, oferecendo-lhe segurança indispensável para a realização de esforços pessoais nesse sentido;
- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepções de suas limitações;
- Assegurar os direitos da criança, preservando suas características etárias e atendendo suas necessidades básicas;
- Respeitar a diversidade de expressões culturais, valorizando o lugar de origem da criança, sem qualquer discriminação social, sexual, religiosa, regional ou de características humanas diferenciadas;
- Desenvolver atividades lúdico-pedagógicas em prol da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais;
- Garantir atendimento qualitativamente satisfatório nos aspectos biopsicossocial e educacional, visando seu desenvolvimento integral;
- Atender a crianças de 1 a 4 anos de idade permitindo que se desenvolvam com autonomia e obtenham sucesso na vida escolar e individual;

- Formar hábitos, atitudes e habilidades sociais dentro e fora do ambiente escolar;
- Desenvolver atividades físicas e artísticas (teatro, música, dramatizações e artes plásticas);
- Adquirir habilidades adequadas ao seu nível de desenvolvimento;
- Demonstrar organização do pensamento na comunicação oral;
- Identificar em diferentes situações, o vocabulário específico relativo aos conceitos de: tamanho, quantidade, distância, ordem, peso, espessura, tempo, posição, forma e cor;
- Desenvolver o raciocínio lógico matemático da criança;
- Buscar recursos e suporte educacional e psicológico para as crianças com necessidades educacionais especiais, dando ênfase à educação inclusiva;
- Reconhecer que as práticas de higiene protegem as pessoas contra doenças e contribuem para o bem-estar;
- Reconhecer o reino animal, vegetal e mineral e suas características;
- Reconhecer a utilidade da água e sua importância para os seres vivos;
- Desenvolver a percepção e os cuidados sensoriais (audição, visão, paladar e tato);
- Reconhecer os elementos que constituem a família, a importância e as funções de cada membro;
- Conhecer as partes do corpo humano e localizá-las;
- Realizar exercícios corporais coordenando os movimentos;
- Reconhecer expressões relacionadas às posições ocupadas pelo corpo e pelos objetivos no espaço, empregando-as corretamente;
- Desenvolver junto à criança, cotidianamente, atividades que integram o cuidar e a educar de acordo com a faixa etária, respeitando suas individualidades;
- Envolver os pais em trabalhos integrados e articulados ao CMEI.

7. Princípios Legais e Norteadores da Educação Básica

7.1. Princípios Legais

Dentre os documentos norteadores legais da Educação Básica estão a Lei nº 9.394/96, que estabelece atuais princípios e fins da educação brasileira definidos no título II - Dos Princípios e Fins da

Educação Nacional, nos artigos 2º e 3º. O artigo 2º afirma que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Já, o artigo 3º reafirma o disposto no artigo 206 da CF, estabelecendo que o ensino será ministrado nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Lei nº 11.274/2006 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. O objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.

Normas foram estabelecidas pela Lei nº 12.796/2013, essa lei modifica a Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade. As redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral.

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Garantindo preferencialmente a ampliação do atendimento aos educandos na própria rede pública.

Houve ainda a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases, de dispositivo segundo o qual o ensino será ministrado, entre outros itens, em consideração com a diversidade étnico-racial.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes nas instituições escolares entre outros espaços e grupos de convívio.

7.2. Princípios Epistemológicos

As essências das ações educacionais serão pautadas na finalidade de assegurar o direito do aluno em obter um espaço propiciador para o seu desenvolvimento, fundamentado num projeto pedagógico, delimitador dos pressupostos teóricos condutores da dinâmica da instituição.

Neste pressuposto a educação assume contornos que privilegiam o educando, suas vivências, seus valores e normas de agir, tendo visão de homem centrada na experiência, na vida e na atividade.

A educação deve ser essencialmente lúdica, prazerosa, fundada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando os alunos em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem a eles seu desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção interdisciplinar e totalizadora. As ações desenvolvidas devem fundamentar-se nos princípios de:

- 1) Educação ativa e relacionada com os interesses, necessidades e potencialidades do aluno;
- 2) Ênfase na aprendizagem através da resolução de problemas;
- 3) Ação educativa ligada à vida e não entendida como preparação para a vida;
- 4) Incentivo da solidariedade e não da concorrência.

Em síntese, a ação educativa da instituição de educação fundamental deve interpretar os interesses imediatos dos alunos e os saberes já construídos por eles, além de buscar ampliar o ambiente simbólico a que estão sujeitos, bem como comprometer-se em garantir o direito de estudante a que têm. Tomar parte no processo de educação para cidadania que envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros; implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação.

Levando-se em conta as atuais concepções sobre a proposta de educação inclusiva esta deve ser aplicada a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesta concepção a escola deve promover transformações que levem à inclusão social, preparando o educando com necessidades educacionais especiais, do ponto de vista cognitivo, com atendimentos pedagógicos específicos adaptados, a fim de permitir o desenvolvimento do aluno no sentido de que esse possa adquirir consciência do valor da escola para a sua formação, o convívio social, desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

7.3. Princípios didático-pedagógicos

Em conformidade com o art.22 e o art. 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Dessa forma, a instituição, como a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”.

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC interrelacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores. Essas competências gerais são:

COMPETÊNCIAS GERAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

7.4. Princípios Éticos

O princípio Ético propõe uma educação baseada na justiça, solidariedade, liberdade, autonomia, de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

7.5. Princípios Estéticos

O princípio Estético propõe o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidade plurais e solitárias.

8. Estrutura e Funcionamento da Instituição

8.1. Organização Administrativa e Pedagógica



8.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos

Dependências	Quantidade	Condições de Utilização	
		Adequado	Inadequado
Diretoria	-	-	-
Secretaria	1	X	-
Sala de professores	1	X	-
Sala de coordenação pedagógica	1	X	-
Sala de leitura ou biblioteca	-	-	-
Sala de TV e vídeo	1	X	-
Sala de informática	-	-	-
Sala de Recursos/AEE	-	-	-
Sala de ciências / laboratório	-	-	-
Auditório	-	-	-
Sala de aula	4	-	-
Almoxarifado	-	-	-
Depósito de material de limpeza	1	X	-
Dispensa	1	X	-
Refeitório	1	X	-
Pátio coberto	-	-	-
Quadra de esportes descoberta	-	-	-
Quadra de esportes coberta	-	-	-
Cozinha	1	X	-
Sanitário dos funcionários	1	X	-
Sanitário dos alunos		X	

Sanitário adaptados para crianças e/ou deficientes.	1	-	X
Rampas	2	X	-
Corrimão	1	X	-

8.3. Organização das turmas e Participação Discente

De acordo com a Resolução CME nº 60/2023, artigo 32, § 2º e 3º, a organização das turmas multisseriadas na Educação Infantil deve respeitar a separação entre os estudantes da creche (0 a 3 anos) e da Pré-Escola (4 a 5 anos).

Quanto à Educação de Jovens e Adultos (EJA), a estrutura multietapas será organizada, conforme Res. CME nº 127/2024, da seguinte forma: no 1º Segmento, os anos iniciais do Ensino Fundamental terão turmas de 1ª e 2ª Etapas juntas, e de 3º e 4ª Etapas também agrupadas; no 2º Segmento, os anos finais do Ensino Fundamental terão turmas de 1ª e 2ª Etapas, e turmas de 3º e 4ª Etapas, de forma similar.

8.3.1. Educação Infantil

Período Matutino				Período Vespertino				Período Integral			
Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m²	Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m²	Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m²
4 anos	1	16	45,56 m	4 anos	1	16	45,56 m	1 e 2 anos	1	25	45,56 m
-	-	-	-	-	-	-	-	3 anos	1	25	45,56 m
TOTAL DISCENTE	1	16		TOTAL DISCENTE	1	16		TOTAL DISCENTE	2	50	

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2025 – Sistema MegaEduca

8.3.2. AEE – Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atende o público-alvo da Educação Especial na instituição, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. O AEE é realizado em uma sala de recursos multifuncionais (SRM).

A instituição não possui Sala de Recursos Multifuncionais. As crianças são atendidas pelos profissionais da Secretaria Municipal de Educação deste Município.

8.3.3. Regimento Escolar

O regimento escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

O Regimento é uma reflexão que a escola tem sobre si mesma, baseado em princípios democráticos, de acordo com a legislação e a ordem que é aplicada no país, estado e município.

A resolução do Conselho Municipal de Educação nº 06/2025 aprova as diretrizes para o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, alinhando-se às normas estabelecidas pelo Regimento Escolar Único da Rede Municipal de Educação.

8.3.4. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno.

No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar. Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de alunos, professores e da instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem. Ele é um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

A equipe pedagógica deve ter em mente os alvos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados no processo de aprendizagem dos alunos. Esses alvos devem abranger atitudes de participação, respeito e responsabilidade; construção de conhecimento e apreensão de conteúdos e conceitos; e formação do caráter e da cidadania. Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares.

O Conselho de Classe, para cumprir sua função, exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a

partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada aluno, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles.

É necessário que enquanto os alunos têm seu desenvolvimento avaliado, os professores também reflitam sobre a necessidade de reformular as práticas educativas a fim de levar sugestões para somar às reflexões que serão realizadas durante o Conselho de Classe. O processo dessa participação estudantil no conselho começa com os representantes de classe reunindo as opiniões sobre a postura de cada professor com a sala e da dinâmica de seu trabalho. Após o levantamento do que gostariam que fosse mantido e do que é passível de melhora, acontece o pré-conselho. Nele, representantes de sala se reúnem com a equipe gestora para relatar as dificuldades da turma com cada professor, apontar as melhorias desde as considerações do último conselho e também apontar os alunos que precisam de mais atenção.

É importante salientar que para que o Conselho de Classe seja contabilizado como dia de efetivo trabalho escolar, integrantes dos dias letivos, devem obrigatoriamente seguir o que preconiza a Resolução CME nº 04 de 27/02/2020, no que concerne ao art. 5º, inciso I, onde lemos: As atividades escolares que compõem o dia de efetivo trabalho escolar se caracterizarão por toda e qualquer programação incluída no Projeto Pedagógico da escola, sempre com frequência exigível dos discentes, independente do quantitativo e efetiva orientação, presença e participação de professores habilitados.

8.4. Recursos humanos

8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica

Função	Nome	Formação Nível/área	Situação Funcional
Diretor/Coordenador Geral	Patrícia Gonçalves Neves	Superior/Pedagogia	Efetivo
Assistente de Educação (Secretária)	Luciana Aparecida Freitas	Superior RH	Efetivo
Coord. Pedagógico Matutino	Neliane Bezerra Cirino	Superior/Pedagogia	Efetivo
Coord. Pedagógico Vespertino	Kelly Alves da Silva	Superior/Pedagogia	Contrato

FONTE: Modulação 2025

8.4.2. Docentes

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série/ turno	Situação Funcional
Cíntia Caixeta	Licenciatura/ Pedagogia	Professora Agrup. 3 anos / vespertino	Temporário

Jeielma Fernandes Teixeira De Queiroz	Licenciatura/ Pedagogia	Professora Agrup.4 anos / matutino	Efetivo
Laêni de Oliveira Souza	Matemática/Esp.Ed. Infantil	Professora Agrup. Multi 1 e 2 anos / matutino	Efetivo
Ludmila Maryelle Dourado da Silva	Licenciatura/ Pedagogia	Professora Agrup. Multi 1 e 2 anos / vespertino	Efetivo
Maria Célia Nunes Franco Siqueira	Licenciatura/ Pedagogia	Professora Agrup. 3 anos / matutino	Efetivo
Maria Geralda Alves Mendes Dornelas	Licenciatura/ Pedagogia	Professora Agrup. 4 anos / vespertino	Efetivo

FONTE: Modulação 2025

8.4.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais

Nome	Formação	Atuação	Situação Funcional
Luciana Pereira Duarte	Licenciatura/Pedagogia	ASG	Efetivo
Luciene Francisca de Almeida Fonseca	Ensino Médio	ASG	Contrato
Valdete de Souza	Ensino Fundamental Incompleto	ASG	Contrato
Maria Elisiane Sales Santos	Ensino médio	ASG	Contrato
Vanessa Flores Teixeira	Ensino Médio	ASG	Efetivo
Ariana Oliveira Gonçalves	Superior/Irrigação	Merendeira	Efetivo
Ilma Alves de Oliveira	Ensino Médio - Incompleto	Merendeira	Efetivo
Andreia da Costa Mendes	Licenciatura/ Pedagogia	Assistente de Desenvolvimento Infantil	Efetivo

FONTE: Modulação 2025

9. Organização Curricular

9.1. Educação Infantil

Os conteúdos curriculares da Educação Infantil são determinados a partir de definições das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, **Resolução** CME nº 112 de 30 de outubro de 2019.

Em síntese estão pautados na definição de criança como “sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, e, nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza o Plano Curricular da Educação com seus respectivos objetivos de aprendizagens:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. É importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. A imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais; procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstam também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

9.2. Orientações Metodológicas e Ações Pedagógica

Tema: Plano Curricular Municipal alinhado à BNCC (PCM)

Orientação Metodológica:

Direciona a construção do currículo da escola, assegurando que todas as práticas pedagógicas estejam alinhadas às diretrizes da BNCC.

Ação Pedagógica:

Orienta o planejamento de aulas e atividades de forma a garantir que os conteúdos abordados atendam às competências e habilidades previstas na BNCC. O PCM é encontrado no diários eletrônico do sistema MegaEduca.

Tema: Programa AlfaMais Goiás – Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada

Orientação Metodológica:

Orientação Metodológica:

Oferece um modelo pedagógico focado na alfabetização eficiente no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, voltado para o letramento e a formação dos professores da Pré-escola.

Ação Pedagógica:

Implementação de práticas pedagógicas voltados ao letramento, oportunizando diariamente o contato com o mundo letrado, bem como o acompanhamento contínuo dos educadores e autoavaliação da práxis pedagógica.

Tema: Planejamento Semanal

Orientação Metodológica:

O Planejamento Semanal do professor é essencial para garantir a organização e a eficácia das práticas pedagógicas. Alinhado ao plano curricular municipal, ele permite ao docente planejar e executar as atividades de acordo com as competências e habilidades estabelecidas para cada etapa da educação. O uso de livros didáticos e plataformas digitais, que oferecem avaliações contínuas e testes de fluência, assegura que o professor acompanhe o progresso dos alunos e ajuste suas estratégias de ensino. Além disso, a inserção do **pensamento computacional** e da **consciência ambiental**, previstos na Matriz Curricular Municipal (encontrado no diário sistema MegaEduca), contribui para a formação de alunos preparados para os desafios tecnológicos e socioambientais do futuro.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com o planejamento do professor, alinhado ao **Plano Curricular Municipal (PCM)**. Este planejamento inclui o uso **dos livros didáticos, o Livro LEIA e as plataformas digitais**, com foco em avaliações contínuas e atividades que promovam o desenvolvimento das habilidades dos alunos. O professor deve ajustar suas práticas de ensino com base nas respostas dos alunos ao conteúdo e nas estratégias aplicadas em sala de aula, assegurando a evolução de todos os estudantes. Além disso, o planejamento deve incorporar o **pensamento computacional**, que estimula o desenvolvimento de habilidades lógicas e tecnológicas, e a **consciência ambiental**, que sensibiliza os alunos sobre a importância da sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, temas que fazem parte do PCM. Dessa forma, o professor cria um ambiente de aprendizagem que vai além do conteúdo tradicional, preparando os alunos para as demandas do futuro.

Tema: Fluência Leitora

1. **Diagnóstico inicial:** Avaliar o nível de fluência com palavras, pseudopalavras e textos.
2. **Práticas diárias de leitura:** Leitura em voz alta, leitura compartilhada e repetição de textos.
3. **Trabalho com pseudopalavras:** Exercícios para decodificação e fluência.
4. **Simulados periódicos:** Preparar os alunos para os testes de entrada e saída com simulações regulares.
5. **Acompanhamento individualizado:** Sessões de reforço com base nos resultados das avaliações.
6. **Uso do Data-show:** Retroprojeção de palavras, pseudopalavras e textos de edições anteriores, com imagens associadas, para apoiar alunos com dificuldades e promover inclusão.

Tema: SIAM

Orientação Metodológica:

O SIAM oferece recursos que permitem aos educadores fazer a autoavaliação de sua práxis, analisando as suas ações pedagógicas, seus pensamentos e seu desempenho. É uma ferramenta de autoconhecimento que viabiliza o crescimento profissional.

Ação Pedagógica:

Com base nas informações fornecidas pelo SIAM, os professores podem analisar a prática pedagógica, identificar necessidades de intervenção, planejar ações pedagógicas de acordo com as habilidades a serem desenvolvidas, implementar atividades de acordo com a BNCC e avaliar continuamente a eficácia dessas ações, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficaz e personalizado.

Tema: Avaliações Contínuas das Aprendizagens (Plataforma Criança Alfabetizada)

Orientação Metodológica:

Plataforma que oferece avaliações formativas para estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental dos seguintes componentes: Leitura, Escrita, Fluência em Leitura e Matemática.

Acesse os testes aplicados nos anos anteriores. São três, sendo o CICLO I aplicado em março:

<https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/index.html#!/minhapagina> (Coleção de Avaliações)

Ação Pedagógica:

Acompanhamento contínuo das habilidades de leitura, escrita e matemática, com ajustes pedagógicos baseados nos resultados das avaliações da Plataforma Criança Alfabetizada, garantindo que as necessidades de cada aluno sejam atendidas de forma personalizada.

As avaliações contínuas são organizadas de acordo com os Ciclos de Aprendizagem:

- **Ciclo I** (Infância - Anos iniciais do Ensino Fundamental): Foca nas primeiras fases da alfabetização e letramento, avaliando o desenvolvimento de habilidades básicas de leitura e escrita.
- **Ciclo II** (Início da consolidação de habilidades): Aplica-se a alunos em processo de consolidação do aprendizado, com ênfase em interpretação de textos e produção escrita.
- **Ciclo III** (Fase de proficiência e autonomia): Avalia a fluência e a capacidade de compreender e produzir textos de forma mais autônoma.

Tema: Parada Pedagógica/Reflexão Pedagógica

Orientação Metodológica:

- 1- Promover a formação contínua do professor
- 2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas
- 3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas
- 4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica
- 5 - Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas
- 6-Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros
- 7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas

Ação Pedagógica:

1- Promover a formação contínua do professor:

Incentivar a reflexão crítica do professor sobre sua prática docente, permitindo que ele reconstrua seus processos e escolhas pedagógicas a partir dessa reflexão.

2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas:

Realizar reuniões com objetivos claros e diretos, mas também oferecer espaço para

dinâmicas e atividades interativas que promovam o aprendizado colaborativo e a melhoria do relacionamento entre os professores.

3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas:

Definir diretrizes claras para garantir que as Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas sejam efetivos momentos de formação continuada e orientação pedagógica.

4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica:

As Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas devem ocorrer no horário letivo regular, conforme o Calendário Municipal, respeitando a rotina escolar e sem prejudicar o funcionamento das instituições.

5- Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas:

Quando o Conselho Escolar participar, a presença dos alunos não será obrigatória nesses momentos, permitindo que a formação seja focada no desenvolvimento dos educadores.

6- Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros:

Planejar as Paradas Pedagógicas com metas e objetivos bem definidos pelo Departamento Pedagógico da SME, garantindo que sejam momentos de formação contínua e alinhados com as necessidades pedagógicas.

7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas:

As Paradas Pedagógicas devem incluir todos os funcionários da escola, não se limitando aos professores, promovendo uma abordagem colaborativa e integrada em toda a instituição.

Tema: Formação Continuada

Orientação Metodológica:

Visa promover o aprimoramento constante dos professores, com foco no desenvolvimento profissional e na atualização pedagógica.

Ação Pedagógica:

Realização de cursos, oficinas e encontros formativos periódicos para os educadores, com foco em novas metodologias de ensino, práticas de alfabetização, estratégias de inclusão e demais conteúdos que favoreçam o desenvolvimento da prática pedagógica e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Tema: Busca ativa

Orientação Metodológica:

A busca ativa é essencial para garantir a permanência e o engajamento dos estudantes na escola, especialmente aqueles em risco de evasão. A chamada diária é uma prática fundamental, pois permite detectar ausências rapidamente. Além disso, é imprescindível que o professor ou coordenador informe, diariamente, aos pais ou responsáveis sobre a falta do aluno, seja por celular ou por mensagem no grupo de WhatsApp da série do(a) aluno(a). Essa comunicação imediata contribui para que a família seja alertada e possa tomar as providências necessárias para garantir a frequência escolar e evitar que a criança se desvie para outros lugares no caminho para a escola ou fique exposta a outros riscos. A colaboração com o Conselho Tutelar e o preenchimento da ficha AMAI são passos importantes para registrar e monitorar situações de extrema ausência, possibilitando uma resposta eficiente e direcionada.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica deve incluir uma série de intervenções diretas e específicas para combater as ausências. Quando um aluno falta, a escola deve imediatamente entrar em contato com a família, seja por telefone ou através do grupo de WhatsApp de sua turma, para entender as razões da falta e oferecer apoio. O preenchimento da ficha AMAI (Acompanhamento de Menores em Atendimento Individual) deve ser feito para registrar situações de extrema de ausência e, com isso, oferecer uma resposta mais eficiente e direcionada. Outra ação importante é o envolvimento do Conselho Tutelar, caso identifique-se alguma situação de risco mais grave. A integração desses esforços é essencial para garantir que as crianças não falem à aula, pois cada ausência prejudica o seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Ainda, a coordenação de cada escola deve transferir as faltas semanais pelo Sistema MegaEduca e informar aos responsáveis que o número de ausência leva à reprovação por faltas.

Tema: Campanha de Renovação de Matrículas

Orientação Metodológica:

A renovação de matrícula é um processo essencial para a continuidade da educação e organização das turmas. A matrícula não ocorre automaticamente e requer a assinatura dos pais na ficha de renovação, além da entrega de documentos como a comprovação de vacinação. Muitos pais/ou responsáveis têm alegado não ter recebido o comunicado da escola ou acreditado que a renovação seria automática, resultando em um número elevado de matrículas não renovadas. Quando as aulas começam, e os pais buscam tardiamente regularizar a matrícula, as vagas muitas vezes já estão ocupadas por alunos novatos. O não cumprimento dessa importante etapa afeta a organização interna da escola e os registros no sistema MegaEduca, impactando o planejamento das turmas e a contagem de alunos na rede municipal de ensino.

Ação Pedagógica:

A fim de evitar essas complicações e garantir que todos os alunos continuem suas atividades escolares sem interrupções, a escola vai reforçar a **Campanha de Renovação de Matrículas**, com o objetivo de informar e engajar os pais e responsáveis no processo, esclarecendo sobre a importância de manter a matrícula renovada dentro do prazo.

Ações da campanha:

- 1- **Comunicação proativa:** Serão enviados comunicados mais frequentes, via diversos canais (como bilhetes, redes sociais, grupos de whatsapp da turma, pulseirinhas ou crachás de papel...) para reforçar a necessidade da renovação de matrícula.
- 2- **Prazos claros:** Estabelecimento de prazos específicos e divulgação de datas de forma antecipada, para evitar confusões e omissões.
- 3- **Suporte na regularização:** A escola estará disponível para fornecer informações sobre os documentos necessários e oferecer apoio na obtenção da declaração de vacinação, como parceria com os postinhos de saúde.
- 4- **Acompanhamento de casos específicos:** Para as famílias que têm dificuldade em comparecer à escola dentro do horário estipulado ou que se recusam a ir, será feita uma ação de sensibilização para que essas questões sejam resolvidas a tempo.

Tema: Acolhida

Orientação Metodológica:

A acolhida na escola é um componente essencial para o estabelecimento de um ambiente seguro e acolhedor para alunos e responsáveis. Desde o momento da entrada, seja no portão, na secretaria, na sala da coordenação ou nas reuniões de pais, a forma como a comunidade escolar recebe a todos reflete o compromisso da escola com o bem-estar e desenvolvimento dos estudantes. Uma recepção calorosa e atenciosa, mesmo diante de possíveis adversidades, é fundamental para minimizar conflitos e promover um ambiente de confiança, que contribui diretamente para o bom desempenho escolar. A comunicação eficaz e respeitosa é uma prática que fortalece o relacionamento entre a escola e a família, evitando mal-entendidos e criando uma base sólida para a parceria educacional.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com a criação de um ambiente acolhedor e receptivo desde a chegada dos alunos e seus responsáveis, refletindo na prática pedagógica o respeito e a empatia pela comunidade escolar. A comunicação com os pais deve ser contínua e eficaz, garantindo que suas demandas sejam atendidas prontamente, sem que precisem sair da escola com pendências. Isso fortalece a confiança e o compromisso tanto dos alunos quanto dos pais com o processo educacional. Além disso, ao cultivar uma relação socioafetiva e emocional positiva, a escola contribui para o desenvolvimento emocional dos alunos, o que é fundamental para seu aprendizado e sucesso. O acolhimento e a valorização da família são essenciais para fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade, criando um ambiente de aprendizagem mais saudável e eficaz.

Tema: Intervenção Pedagógica**Orientação Metodológica:**

- 1- Acompanhamento das rotinas
- 2- Recuperação Paralela
- 3- Padronização das atividades
- 4- Correção de atividades
- 5- Dificuldades de aprendizagem
- 6- Registro de situações atípicas
- 7- Exposição de materiais nas salas de aula
- 8- Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização
- 9 - Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos
- 10- Conhecimento da BNCC
- 11- Comprometimento com a formação continuada
- 12- Gestão da hierarquia e normas escolares
- 13 - Organização do ambiente escolar

Ação Pedagógica:**1- Acompanhamento das rotinas:**

Os Coordenadores devem realizar o acompanhamento de rotinas como diários, planejamentos, leitura, tabuada, Recuperação Paralela etc., bem como registrar as observações referentes à rotina de planejamento e registro de aulas, entre outros.

2- Recuperação Paralela:

O coordenador pedagógico deve zelar para que a Recuperação Paralela aconteça de forma coerente com o objetivo a que se propõe. Para que haja esse acompanhamento, intensifique a observação da retomada de conteúdos após as avaliações e, se necessário, alerte a família.

3- Padronização das atividades:

Padronizar a apresentação das atividades, avaliações com cabeçalhos, margens e organização. Se os professores forem caprichosos, ensinarem os alunos, eles também o serão.

4- Correção de atividades:

Os professores devem fazer a correção dos cadernos “do cabeçalho ao final da atividade”, mesmo que a correção seja feita no quadro. Os coordenadores devem acompanhar para que essa obrigação do professor do EF I seja cumprida. Na Educação Infantil, a correção deve ser feita preferencialmente na presença do aluno, como momento de construção de aprendizagem.

5-Dificuldades de aprendizagem:

As dificuldades de aprendizagem devem ser trabalhadas pelo professor regente de turma, sob orientação do coordenador pedagógico, utilizando diferentes formas e recursos de ensino, sempre procurando promover o aprendizado do aluno.

6-Registro de situações atípicas:

Registrar todas as situações atípicas ao cotidiano escolar.

7-Exposição de materiais nas salas de aula:

O coordenador pedagógico deve zelar para que a exposição de materiais em sala de aula seja de possível acesso para o aluno, respeitando sua altura.

8-Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização:

Na Educação Infantil e Alfabetização, em observância aos campos de experiência, evitar o excesso de atividades xerocadas e/ou repetitivas. A criança deve ser levada a pensar e construir.

9-Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos:

Considerar a criança ativa, exploradora e criadora de sentidos, utilizando espaços que deem apoio aos seus movimentos, que incentivem sua autoria e autonomia, e contribuam para a diversificação de suas possibilidades.

10-Conhecimento da BNCC:

O coordenador pedagógico deve conhecer e garantir que os professores conheçam a abordagem curricular da BNCC e os direitos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil, além das Competências Específicas no Ensino Fundamental.

11-Comprometimento com a formação continuada:

O coordenador pedagógico deve comprometer-se e garantir que os professores se comprometam com ações que visem implementar os paradigmas refletidos durante as formações continuadas.

12-Gestão da hierarquia e normas escolares:

A instituição escolar tem uma hierarquia, normas a serem seguidas, bem como seus profissionais. Os comportamentos que prejudicam o bom andamento da instituição ou que ferem a harmonia escolar devem ser geridos com firmeza, observando os aspectos legais, os princípios da boa convivência e do respeito. O registro científico e testemunhado é um documento.

13-Organização do ambiente escolar:

Cuidar para que o ambiente escolar não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente escolar atraem e motivam.

10. Iniciativas Educacionais

10.1. Projetos municipalizados e institucionais

PUFV - PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA (SICREDI)	
Proponente:	Parceria com o Sicredi
Justificativa:	O Programa "A União Faz a Vida" busca promover uma aprendizagem colaborativa entre educadores, crianças, adolescentes e a comunidade, através do trabalho com projetos. Essa metodologia é importante para desenvolver a autonomia dos participantes e fortalecer as relações interpessoais, criando um ambiente de troca de saberes e resolução de conflitos.
Objetivo Geral:	Estimular a perspectiva metodológica do trabalho com projetos, favorecendo a colaboração entre educadores, crianças, adolescentes e a comunidade, com foco na definição de objetivos, escolha de rotas de pesquisa-ação e resolução de conflitos de maneira coletiva.
Metodologia:	A metodologia do programa se baseia no trabalho com projetos, no qual todos os participantes (educadores, crianças, adolescentes e comunidade) definem o que pretendem fazer, escolhem rotas de pesquisa-ação, discutem responsabilidades, estabelecem cronogramas e desenham claramente os objetivos. A ênfase é no diálogo, na troca de saberes, na expressão de dúvidas e na percepção das diferenças.
Público-alvo:	Alunos da pré-escola ao ensino fundamental dos anos iniciais e finais.
Resultados esperados:	Promover a aprendizagem colaborativa e a autonomia dos participantes, além de fortalecer o diálogo, a resolução de conflitos e a percepção das diferenças entre os envolvidos.

PROJETO COMBATE AO BULLYING	
Proponente:	Escolas Cumprir Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015.
Justificativa:	O bullying e o cyberbullying têm um impacto negativo no ambiente escolar e no bem-estar dos alunos. Este projeto visa promover a conscientização sobre o tema, criando um ambiente mais seguro e acolhedor, com foco na prevenção e combate dessas práticas, além de incentivar o respeito às diferenças e a construção de uma cultura de paz.
Objetivo Geral:	Promover a conscientização e prevenção ao bullying e ao cyberbullying no ambiente escolar, criando espaços de diálogo, mobilizando alunos, pais e professores, e incentivando a construção de uma cultura de paz, respeito às diferenças e empatia entre todos os membros da comunidade escolar.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> * Espaços de escuta: Rondas de conversa com alunos, professores e funcionários para discutir o bullying e cyberbullying. * Atividades pedagógicas: Oficinas e concursos sobre bullying, utilizando artes e literatura. * Formação: Palestras e workshops para professores e pais sobre prevenção e identificação de bullying. * Campanhas de conscientização: Divulgação de materiais informativos sobre o tema. * Apoio psicológico: Atendimento individualizado para alunos que necessitem de apoio.
Público-alvo:	Alunos da Rede Municipal de Educação.

Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> * Aumento da conscientização sobre bullying e cyberbullying. * Redução dos casos de bullying na escola. * Ambiente escolar mais seguro e acolhedor. * Promoção de uma cultura de paz e respeito. * Maior engajamento de pais e professores no combate ao bullying.
	<p>Visite o perfil de instagram: https://www.instagram.com/mineducacao/</p> <p>Post: <i>Escola que protege</i></p>

RESGATANDO O CIVISMO - SEMANA DA PÁTRIA

Proponente:	SME e escolas
Justificativa:	Promover o civismo e a valorização da história e da cultura nacional.
Objetivo Geral:	Reforçar a importância dos símbolos nacionais e da Independência. A Semana da Pátria é comemorada no Brasil entre os dias primeiro e sete de setembro, e tem o objetivo de lembrar a Independência do Brasil, declarada por Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga no dia sete de setembro de 1822.
Metodologia:	Atividades e eventos comemorativos, palestras, desfiles e apresentações.
Público-alvo:	Alunos do 1º ao 9º e comunidade.
Resultados esperados:	Valorização da história e cultura nacional, fortalecimento do civismo nas escolas e comunidade.

-SEMANA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER- -DIA INTERNACIONAL DA MULHER- -03 a 09 de março-

Proponente:	Governo Federal, Movimentos Sociais, ONGs e Organizações de Direitos Humanos e escolas
Justificativa:	Sensibilizar a comunidade escolar sobre a violência contra a mulher e promover o respeito e a igualdade de gênero.
Objetivo Geral:	Combater a violência de gênero e promover a igualdade e o respeito mútuo.
Metodologia:	Palestras , campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	conscientização sobre violência contra a mulher, promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA -21 a 28 de agosto-

Proponente:	Governo Federal (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) e Organizações da Sociedade Civil
Justificativa:	Sensibilizar a sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo sua inclusão e cidadania.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social, a acessibilidade e a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Metodologia:	Realização de eventos educativos, palestras, rodas de conversa, campanhas de conscientização, exposições e ações inclusivas.
Público-alvo:	Pessoas com deficiência intelectual e múltipla, suas famílias, educadores e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Maior inclusão social, sensibilização sobre os direitos das pessoas com deficiência e promoção da igualdade.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA -20 de novembro-	
Proponente:	Movimentos Sociais, Entidades Negras, Governo Federal (Trabalhar o tema durante o ano todo e a culminância no mês de novembro.)
Justificativa:	Refletir sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira e destacar a luta contra o racismo e discriminação. Homenagear Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, e ressaltar a importância das discussões e ações para combater o racismo e a desigualdade social, especialmente no Dia da Consciência Negra e no mês de novembro. Além disso, celebrar a cultura afro-brasileira e os avanços na luta do povo negro.
Objetivo Geral:	Promover reflexões sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira, destacando a luta contra o racismo e a discriminação, e celebrando a cultura afro-brasileira.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> * Desenvolver projetos antirracistas dentro da escola, promovendo ações de conscientização com a comunidade escolar e além dos muros da instituição. * Incentivar a disseminação de mensagens antirracistas, ampliando o alcance da reflexão para fora da escola. *Trabalhar com os estudantes para que reconheçam a existência do racismo e compreendam a necessidade urgente de combatê-lo, dando visibilidade à temática em diferentes contextos.
Público-alvo:	Estudantes, educadores, comunidades escolares e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Valorizar a cultura afro-brasileira, aumentar a conscientização sobre o racismo e promover a igualdade de direitos.

COMBATE AO RACISMO E AO PRECONCEITO RACIAL	
Proponente:	Governo Federal - Lei nº 10.639/03 (Trabalhar projetos antirracismo)
Justificativa:	A lei surge como resposta à luta histórica do movimento negro no Brasil, com o objetivo de combater o racismo e o preconceito racial. Busca promover a valorização da história e cultura afro-brasileira, reconhecendo sua importância na construção da sociedade brasileira e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.
Objetivo Geral:	Tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas, visando promover a reflexão sobre a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira e no combate ao racismo, preconceito étnico-racial e discriminação social.

Metodologia:	A implementação deve ser feita através da integração do conteúdo sobre a história e cultura afro-brasileira aos currículos escolares, com ênfase nas disciplinas de literatura, história e educação artística. A utilização de personagens e narrativas afro-brasileiras e afrodiáspóricas contribui para o afroletramento, tornando o ensino mais dinâmico, representativo e conectando os estudantes com a realidade histórica e cultural negra.
Público-alvo:	Estudantes do Ensino Fundamental
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> • Maior conscientização e valorização da história e cultura afro-brasileira entre os estudantes. • Contribuição para a formação de uma sociedade mais inclusiva, com respeito à diversidade e ao combate ao racismo. • Desenvolvimento de uma educação mais crítica e reflexiva, com a construção de um currículo que reflita a pluralidade e as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes. • Criação de um ambiente educacional que favoreça a igualdade racial e a inclusão social, preparando os jovens para um futuro mais justo e igualitário.

Diversidade étnico-racial e inclusão	
Proponente:	Governo do Estado de Goiás - Secretaria de Educação, em parceria com escolas e organizações de promoção da igualdade racial.
Justificativa:	A desigualdade racial no Brasil, e em particular em Goiás, tem raízes históricas profundas, que se refletem na discriminação, falta de acesso e na marginalização de grupos étnicos e raciais, como a população negra e indígena. No ambiente escolar, essa desigualdade se traduz em evasão escolar, baixa performance educacional e barreiras no acesso a oportunidades iguais. O combate ao racismo e à exclusão racial nas escolas é, portanto, uma necessidade urgente para garantir um ensino de qualidade e equitativo, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade. A implementação de um programa que promova a diversidade étnico-racial e a inclusão visa reduzir esses índices de desigualdade, permitindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem racial ou étnica, tenham acesso a um ambiente educacional justo, respeitoso e igualitário. Além disso, ao abordar o tema da diversidade racial de forma proativa, cria-se um ambiente de aprendizado mais inclusivo e enriquecedor para todos.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão e o respeito à diversidade étnico-racial nas escolas públicas estaduais de Goiás, criando um ambiente educacional mais igualitário, respeitoso e livre de discriminação racial. O objetivo é garantir que todos os alunos, especialmente os negros, indígenas e outras minorias étnicas, tenham igualdade de oportunidades e sintam-se representados e acolhidos no espaço escolar.
Metodologia:	<p>* Capacitação de Educadores: Realização de oficinas e treinamentos para professores, gestores e funcionários da escola sobre a importância da inclusão racial, combate ao racismo e promoção de uma cultura de respeito e equidade.</p> <p>* Adaptação Curricular: Desenvolvimento de conteúdos pedagógicos que abordem a história e a cultura de diferentes grupos étnicos e raciais, integrando o tema da diversidade de maneira transversal nos diferentes componentes curriculares.</p>

	<p>* Campanhas de Conscientização: Organização de atividades culturais, como exposições, palestras, e eventos que promovam a reflexão sobre as questões raciais, estimulando o respeito pela diversidade entre os estudantes.</p> <p>* Ações Afirmativas: Implementação de programas de apoio para estudantes negros, indígenas e outras minorias, com o intuito de garantir a sua permanência e sucesso na educação, como mentorias, bolsas de estudo, e espaços para discussão e troca de experiências.</p> <p>* Monitoramento e Avaliação: Criação de um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia do programa, identificando obstáculos e ajustando as ações conforme necessário.</p>
Público-alvo:	Estudantes de todas as séries e comunidade escolar.
Resultados esperados:	<p>* Redução da Evasão Escolar: A medida que os alunos se sentem mais incluídos e respeitados em um ambiente escolar livre de discriminação, espera-se que a evasão escolar, especialmente entre grupos étnicos e raciais marginalizados, diminua.</p> <p>* Aumento na Performance Escolar: Com a adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e respeitadas, espera-se que os alunos se sintam mais motivados e engajados, o que resultará em um aumento no desempenho acadêmico de todos os estudantes, especialmente dos grupos mais vulneráveis.</p> <p>* Maior Representatividade e Apreciação da Diversidade: As atividades culturais e educativas vão permitir que os alunos reconheçam e apreciem as diversas culturas e histórias presentes no Brasil, criando uma sociedade mais tolerante e inclusiva.</p> <p>* Fortalecimento da Identidade e Autoestima: O programa ajudará os estudantes a fortalecerem sua identidade étnico-racial e a valorizarem suas origens, contribuindo para o aumento da autoestima e confiança no ambiente escolar.</p> <p>* Redução de Atos Discriminatórios: Com a capacitação de educadores e a implementação de políticas inclusivas, espera-se uma redução significativa de atos discriminatórios no ambiente escolar, criando um espaço mais seguro e respeitoso para todos.</p>

DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

-18 de maio-

Proponente:	Governo Federal e Organizações de Defesa dos Direitos da Criança -Lei 9.970/2000
Justificativa:	Sensibilizar a Combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, e promover a proteção integral a essa população.
Objetivo Geral:	Conscientizar a sociedade sobre os direitos das crianças e adolescentes e a importância de denunciar casos de abuso e exploração sexual.
Metodologia:	Campanhas de sensibilização, palestras educativas, distribuição de material informativo e ações comunitárias.
Público-alvo:	Crianças, adolescentes, educadores.

Resultados esperados:	Maior conscientização sobre o combate ao abuso e exploração sexual, aumento nas denúncias e melhor proteção de crianças e adolescentes.
------------------------------	---

DIA DO MEIO AMBIENTE -05 de Junho-	
Proponente:	Organização das Nações Unidas (ONU), governos, ONGs e escolas
Justificativa:	Promover a conscientização ambiental e estimular práticas sustentáveis entre alunos e comunidade.
Objetivo Geral:	Desenvolver ações educativas de preservação ambiental.
Metodologia:	Atividades de limpeza, plantio de árvores, palestras sobre sustentabilidade.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Aumento da conscientização ambiental, engajamento em práticas sustentáveis.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Proponente:	MEC (implementação nos currículos escolares) - Lei nº 9.795.
Justificativa:	A educação ambiental é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e responsável. A Lei nº 9.795/1999 reconhece o direito à educação ambiental para todos, estabelecendo que ela deve ser incorporada em todos os níveis e modalidades de ensino, visando a formação de cidadãos capazes de compreender e atuar frente aos desafios ambientais.
Objetivo Geral:	Promover a educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, assegurando o direito de acesso à educação ambiental. O objetivo é formar cidadãos críticos, conscientes e engajados na preservação e promoção de um ambiente sustentável.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão da educação ambiental em currículos escolares e atividades pedagógicas, em todas as etapas de ensino. • Desenvolvimento de projetos e ações educativas que abordem questões ambientais locais e globais. • Capacitação de educadores para integrar o tema ambiental no processo educativo de forma interdisciplinar. • Uso de metodologias participativas e práticas que envolvam os estudantes em ações de preservação ambiental.
Público-alvo:	Atingir todos os segmentos da sociedade, com foco na comunidade escolar (educadores, alunos e gestores), incluindo também a sociedade em geral, garantindo o acesso ao conhecimento ambiental a todos os cidadãos.
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> * Formação de cidadãos críticos e conscientes sobre questões ambientais. * Ampliação do conhecimento sobre sustentabilidade e práticas ambientais responsáveis. * Integração da educação ambiental no cotidiano escolar e social. * Criação de uma cultura de respeito e cuidado com o meio ambiente, conforme os princípios da Lei nº 9.795.

Educação ambiental e empreendedorismo	A conexão entre educação ambiental e empreendedorismo é fundamental para cultivar uma nova geração de cidadãos não apenas conscientes dos desafios ambientais, mas também capazes de agir de forma inovadora e empreendedora para resolver esses problemas. O empreendedorismo sustentável cria oportunidades para a geração de negócios que respeitam e promovem a saúde ambiental, transformando desafios em soluções criativas e economicamente viáveis. Integrar esses conceitos desde cedo no currículo escolar permite que os estudantes se tornem líderes e agentes de mudança no futuro, construindo uma sociedade mais equilibrada e sustentável.
--	--

FAICRIS - FEIRA AGROINDUSTRIAL, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CRISTALINA

Proponente:	Parceria com a Prefeitura de Cristalina
Justificativa:	Promover o desenvolvimento local, o empreendedorismo e o engajamento da comunidade em atividades culturais e comerciais.
Objetivo Geral:	Estimular o empreendedorismo local e fortalecer a economia da cidade.
Metodologia:	Exposições de produtos, apresentações culturais, e mostras sobre negócios e empreendedorismo.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Promoção do empreendedorismo local, valorização da cultura regional e fortalecimento da economia local.

FEIRA CULTURAL E TECNOLÓGICA OPÇÃO 1

Proponente:	SME e escolas da Rede Municipal -Trabalhar a Feira Cultural a partir do tema BNCC da Computação-
Justificativa:	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que as escolas devem promover o desenvolvimento de competências e habilidades que preparem os estudantes para o uso crítico, ético e criativo das tecnologias digitais. O presente projeto tem como objetivo promover a integração da área de Computação com as práticas pedagógicas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, estimulando a criatividade, a resolução de problemas e o trabalho colaborativo entre os alunos. Ao propor a realização de uma Feira Cultural e Tecnológica, buscamos contextualizar os conceitos de Computação de forma lúdica e prática, alinhados aos saberes e competências descritos na BNCC, promovendo uma aprendizagem significativa e inovadora.
Objetivo Geral:	Integrar as tecnologias da informação e comunicação (TICs) ao processo de ensino e aprendizagem, com foco nas competências e habilidades previstas na BNCC, por meio de atividades interativas que envolvam os alunos da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, visando o desenvolvimento de competências em Computação e soluções tecnológicas aplicadas a contextos cotidianos.
Metodologia:	A metodologia será prática e ativa, com atividades que envolvem os alunos em diferentes níveis de desenvolvimento de competências em Computação.

	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil: Uso de jogos educativos e atividades digitais para estimular a lógica e percepção espacial. • Ensino Fundamental (Anos Iniciais): Desenvolvimento de jogos e robôs simples, com foco em programação básica (ex: Scratch, Makey Makey). • Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano): Programação mais avançada, como aplicativos e robótica, abordando conceitos de computação aplicados ao cotidiano. <p>Feira Cultural e Tecnológica: Apresentação dos projetos criados pelos alunos, demonstrando o uso de computação para resolver problemas.</p>
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Desenvolver a alfabetização digital e computacional, estimulando o interesse por áreas como programação, robótica e inovação tecnológica. Os alunos serão incentivados a aplicar o conhecimento de computação em projetos interdisciplinares, o que ajudará no desenvolvimento do pensamento crítico e habilidades de resolução de problemas.

FEIRA CULTURAL E TECNOLÓGICA OPÇÃO 2	
Proponente:	SME e escolas da Rede Municipal -Trabalhar a Feira Cultural a partir do tema Educação Climática-
Justificativa:	A crescente necessidade de conscientização ambiental exige que crianças e jovens compreendam seu papel no cuidado com o meio ambiente. A Feira Cultural e Tecnológica busca promover essa reflexão, alinhando-se às diretrizes da BNCC para a educação infantil e os anos iniciais e finais do ensino fundamental, favorecendo a formação crítica e ética dos estudantes sobre questões ambientais.
Objetivo Geral:	Desenvolver a consciência ambiental dos alunos, estimulando práticas sustentáveis desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental, em consonância com as competências da BNCC, que valorizam o respeito e cuidado com o meio ambiente.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> * Educação Infantil: Atividades lúdicas que abordem questões ambientais de forma interativa, favorecendo a compreensão das crianças sobre a natureza e a sustentabilidade. * Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais): Projetos interdisciplinares, exposições e oficinas sobre temas como reciclagem, consumo responsável, e preservação dos recursos naturais. * Discussões em grupo e palestras com especialistas, seguindo as competências da BNCC para a formação ética e cidadã.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> * Educação Infantil: Desenvolvimento de valores ambientais desde cedo, estimulando hábitos de respeito à natureza. * Ensino Fundamental: Conscientização crítica dos estudantes sobre questões ambientais, alinhada às competências da BNCC, como a promoção da sustentabilidade e da cidadania ambiental. * Engajamento das famílias na prática de ações sustentáveis no cotidiano escolar e doméstico.

SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TEA

- 01 a 07 de abril-

Proponente:	AEE - Lei Municipal 2.651/2023
Justificativa:	Conscientizar sobre os Transtornos do Espectro Autista (TEA) e promover a inclusão de pessoas com autismo na sociedade.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social e educacional das pessoas com TEA.
Metodologia:	Realização de palestras, atividades culturais e workshops com especialistas sobre TEA.
Público-alvo:	Educadores, profissionais da saúde, pais e a comunidade em geral.
Resultados esperados:	Maior conhecimento e aceitação do TEA pela população, além da capacitação de profissionais.

DIA DOS POVOS INDÍGENAS

-19 de abril-

Proponente:	Organizações, governos e escolas - Lei 14.402/2022
Justificativa:	Valorizar a cultura, história e direitos dos povos indígenas no Brasil, combatendo o preconceito e promovendo o respeito.
Objetivo Geral:	Promover o respeito e a valorização da cultura indígena nas escolas e na sociedade.
Metodologia:	Ações educativas, exposições culturais, rodas de conversa, e atividades práticas sobre povos indígenas.
Público-alvo:	Estudantes, professores, comunidade escolar e público em geral.
Resultados esperados:	Maior respeito e conhecimento sobre os povos indígenas, promovendo a diversidade cultural.

DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO TDAH

-01 de agosto-

Proponente:	Ministério da Saúde / Educação e AEE
Justificativa:	Informar e desmistificar o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), promovendo a inclusão de alunos com TDAH no ambiente escolar e social.
Objetivo Geral:	Conscientizar sobre o TDAH, seus impactos e a importância da inclusão desses alunos na escola e na sociedade.
Metodologia:	Palestras, distribuição de materiais educativos, atividades interativas, e campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos com TDAH, pais, professores e educadores.
Resultados esperados:	Aumento da compreensão e apoio aos alunos com TDAH, contribuindo para a redução do estigma associado a essa condição. O objetivo é promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor, onde esses estudantes sejam reconhecidos em suas potencialidades, e suas necessidades sejam atendidas de forma adequada, favorecendo o seu desenvolvimento intelectual e pessoal.

OLIMPIÁDA DO CONHECIMENTO

Proponente:	Distrito de Campos Lindos
--------------------	---------------------------

Justificativa:	Este projeto visa melhorar a educação pública em Campos Lindos, incentivando a participação dos alunos do 5º Ano na Olimpíada do Conhecimento, promovendo o autoaprender e combatendo a defasagem escolar.
Objetivo Geral:	Desenvolver o aprendizado dos alunos do 5º Ano, estimulando a participação na Olimpíada do Conhecimento e a redução da defasagem escolar.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> * Aulas dinâmicas e interativas. * Atividades práticas relacionadas à Olimpíada do Conhecimento. * Incentivo ao autoaprendizado com ferramentas educativas.
Público-alvo:	Estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental.
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> * Participação ativa na Olimpíada do Conhecimento. * Maior autonomia no aprendizado. * Diminuição da defasagem escolar. * Melhora no desempenho escolar.

DIA DO COOPERATIVISMO EM CRISTALINA

-1º sábado de junho-

Proponente:	
Justificativa:	O Dia do Cooperativismo é considerado como um momento ideal de sensibilização dos jovens sobre o caráter empreendedor e o papel social do cooperativismo. A origem da comemoração tem, também o objetivo de proporcionar a toda sociedade o conhecimento dos benefícios, dos valores e dos princípios da atividade cooperativista.
Objetivo Geral:	
Metodologia:	
Público-alvo:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	

CAMPANHA DEZEMBRO VERDE

Proponente:	Lei municipal nº 2.558 de 22 de novembro de 2021
Justificativa:	<ul style="list-style-type: none"> * A crescente problemática do abandono de animais no município, especialmente no período de dezembro, quando o abandono aumenta em cerca de 70%, é uma questão que exige ação imediata. O abandono e maus-tratos a cães e gatos em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas têm se tornado um desafio social e ambiental. * Além disso, a falta de conscientização sobre a guarda responsável de animais tem impacto direto no bem-estar dos animais e na saúde pública, já que esses animais abandonados podem ser portadores de doenças e causar problemas ao ecossistema local. * A educação é a chave para promover a mudança de comportamento e atitudes em relação ao cuidado com os animais, sendo essencial que a população, especialmente os jovens, sejam sensibilizados para a importância de proteger os animais e garantir a guarda responsável.

Objetivo Geral:	<p>* Conscientizar a população sobre a guarda responsável de animais e os impactos do abandono e maus-tratos de cães e gatos, com ênfase em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas, que são locais comuns para esse tipo de abandono.</p> <p>* Alertar sobre o aumento significativo (cerca de 70%) do abandono de animais durante o mês de dezembro, período em que o problema se agrava, e promover a ação social e educacional para combater esse comportamento.</p>
Metodologia:	<p>* Inserção da temática nos planos de aulas, relacionados aos direitos dos animais e à importância da guarda responsável. Essas atividades podem ser realizadas por meio de matérias que abordem o respeito aos seres vivos e o dever de cuidar dos animais como parte da cidadania.</p> <p>* Realização de palestras educativas com profissionais da área veterinária, ONGs, ou especialistas em bem-estar animal, com o objetivo de sensibilizar e informar os estudantes sobre como cuidar adequadamente dos animais e como agir em situações de abandono.</p> <p>* Atividades práticas e interativas, como oficinas de conscientização, visitação a abrigos de animais ou participação em campanhas de adoção responsável. Essas atividades podem envolver os alunos na promoção da mudança de comportamento, oferecendo exemplos concretos de boas práticas.</p> <p>* Ações comunitárias, como a realização de campanhas de arrecadação de alimentos e recursos para abrigos de animais, além de ações de orientação à população sobre o que fazer em caso de avistamento de animais abandonados.</p>
Público-alvo:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Resultados esperados:	<p>* Aumento da conscientização da comunidade escolar sobre a guarda responsável de animais e o combate ao abandono e maus-tratos. Espera-se que a mudança de comportamento comece a ser refletida dentro da escola e, progressivamente, nas famílias e na comunidade.</p> <p>* Diminuição do número de casos de abandono de animais, especialmente durante o mês de dezembro, com a promoção de uma cultura de respeito aos direitos dos animais.</p> <p>* Capacitação dos alunos para se tornarem multiplicadores de informação e ajudarem a conscientizar outros membros da sociedade sobre a responsabilidade de cuidar dos animais.</p> <p>* Fortalecimento das redes de apoio a animais abandonados, como ONGs, abrigos e grupos voluntários, por meio das ações educativas e sociais realizadas nas escolas.</p> <p>* Melhora no bem-estar dos animais que são alvo de abandono, com um aumento nas adoções responsáveis, cuidados adequados e redução dos maus tratos.</p>

Programa Saúde na Escola - PSE	
Proponente:	PSEs
Justificativa:	O PSE (Programa Saúde na Escola) visa contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e

	atenção à saúde, enfrentando as vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento pleno de crianças e jovens da rede pública de ensino.
Objetivo Geral:	Contribuir para a formação integral dos estudantes da educação básica, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, visando enfrentar as vulnerabilidades que afetam seu desenvolvimento.
Metodologia:	O planejamento do PSE considera o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. O programa é constituído por cinco componentes: 1- Avaliação das condições de saúde das crianças e jovens. 2- Promoção da saúde e prevenção de doenças. 3- Educação permanente e capacitação dos profissionais de educação, saúde e jovens. 4- Monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes. 5- Monitoramento e avaliação do programa.
Público-alvo:	
Resultados esperados:	*Reduzir a mortalidade e os riscos associados ao consumo de substâncias nocivas. *Promover práticas de saúde física e mental, como alimentação saudável, atividade física, prevenção de doenças e promoção da saúde sexual e reprodutiva.

10.2. Projetos da Instituição

Projeto: Festa Country III	
Proponente:	Toda Comunidade Escolar
Justificativa:	A localização geográfica do município e a sua base econômica, a agricultura e pecuária, favorecem o gosto pelo estilo sertanejo/country, todavia os alunos se envolvem com as mais variadas culturas regionais, nacionais e internacionais. O CMEI Semeando Saber optou pela realização de um evento que oportunize sua comunidade interna a expressar suas preferências, bem como a comunidade externa a apreciar a manifestação da expressão artística através das apresentações e comidas típicas caipira
Objetivo Geral:	Possibilitar ao aluno a expressão artística e corporal por meio da música e da dança, enfatizando variadas culturas do universo country.
Metodologia:	Buscando a interação da comunidade escolar para estabelecer uma relação afetiva entre escola e família, este projeto pretende proporcionar uma educação que promova um bem-estar físico e emocional, por meio da prática da dança. Visando à participação pode-se considerar um caminho para o aluno realizar-se e afirmar-se como cidadão capaz de explorar sua forma física e emocional. Com isso, o projeto desenvolve-se a partir da definição de alguns critérios pré-estabelecidos, como definições de data e local para a realização do evento; autorização dos pais dos alunos para a participação dos grupos de dança, formação dos grupos de dança, escolha das músicas, ritmos, figurinos, envolvimento dos

	professores e alunos nos ensaios até a realização do evento que será realizado na própria instituição com apoio dos funcionários, pais, SME e Prefeitura Municipal do município.
Público-alvo:	Toda Comunidade Escolar
Resultados esperados:	Possibilitar à comunidade escolar a socialização e interação a fim de promover o reconhecimento da diversidade cultural da comunidade rural.

Projeto: DIA DO LIVRO	
Proponente:	Toda a escola.
Justificativa:	Por consideramos de extrema relevância o projeto dia do livro na educação infantil, pois promove o hábito de leitura desde os primeiros anos de vida. A literatura infantil é uma ferramenta poderosa que estimula a imaginação, a criatividade e o desenvolvimento cognitivo das crianças. além disso, ao celebrar o dia do livro, os educadores têm a oportunidade de instigar o interesse dos alunos por histórias e narrativas, criando um ambiente propício para a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades linguísticas. O projeto visa não apenas a formação de leitores, mas também a construção de um espaço onde a literatura se torna um elemento central na formação integral da criança.
Objetivo Geral:	Incentivar o gosto pela leitura e promover a valorização dos livros como fonte de conhecimento e entretenimento. Através de atividades lúdicas e prazerosas, o projeto busca criar um ambiente de aprendizado que estimule a curiosidade, a imaginação e a criatividade das crianças. Contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social.
Metodologia:	Abordagens interativas e lúdicas pelas quais as crianças serão incentivadas a participar ativamente das atividades. As aulas serão dinâmicas, com contação de histórias, dramatizações e discussões em grupo. A ideia é que as crianças se sintam parte do processo, expressando suas opiniões e sentimentos sobre as histórias lidas, promovendo assim um aprendizado significativo e prazeroso.
Público-alvo:	Crianças dos Agrupamentos de 1 a 4 anos.
Resultados esperados:	Despertar o gosto e o hábito da leitura. Criar ambiente propício para a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades linguísticas.

Projeto: Família	
Proponente:	Toda Instituição.
Justificativa:	<p>Ter um projeto que visa trabalhar as relações familiares é de extrema importância, principalmente na educação infantil.</p> <p>Incluir a família na educação das crianças durante a educação básica é fundamental para estabelecer laços entre essas duas comunidades. Através da confiança mútua entre essas duas importantes instituições, será mais fácil desenvolver estratégias educativas mais eficientes.</p>
Objetivo Geral:	Possibilitar que as crianças tenham uma compreensão maior acerca da sua estrutura familiar, de modo que consigam identificar, reconhecer e respeitar

	os seus papéis e os de cada membro na sua família. Além disso, o Projeto Família laços eternos também proporciona reflexões sobre a estrutura de outras famílias, estimulando assim sentimentos de respeito e empatia pelo outro e por diferentes grupos familiares. Objetiva também garantir que a escola estabeleça laços fortes com as famílias das crianças.
Metodologia:	<p>O Projeto Família Laços Eternos será manifestado através de atividades e dinâmicas que envolvam colagens, desenhos, leituras, brincadeiras em família, fotos, rodas de conversa etc.</p> <p>ATIVIDADES PROPOSTAS (É importante ressaltar que as atividades e dinâmicas deste projeto devem ser adaptadas de acordo com as necessidades específicas de cada criança e turma).</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 – Contação de histórias familiares; 2 – Roda de conversa para apresentar os membros que fazem parte de cada família; 3 – Fazer árvore genealógica em papel metro com fotos dos familiares; 4 – Ouvir e conversar sobre a música Gente Tem Sobrenome de Toquinho; 5 – Levar para a escola algum familiar; 6 – Dinâmica do balão com as crianças e os familiares; 7 – Colagens com fotos e imagens que representam a família; 8 – Desenhar a família; 9 – Mural com os desenhos das famílias dos alunos; 10 – Dramatizar a profissão de algum membro da família, utilizando acessórios e roupas; 11 – Leitura do livro “O livro da família” de Todd Parr.
Público-alvo:	Agrupamentos de 1 a 4 anos
Resultados esperados:	Participação da família na vida escolar, em especial, aprimorar o desenvolvimento da criança e o fortalecimento dos vínculos afetivos entre pais, filhos e escola.

10.3. Temas Transversais

Os **temas transversais** correspondem a questões urgentes e presentes no cotidiano, abordando valores de cidadania, como Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. Eles devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar, para proporcionar aos alunos uma visão crítica e integrada do mundo.

A **BNCC** propõe a **transversalidade** para temas como **computação**, que deve ser integrada aos componentes curriculares, contribuindo para o desenvolvimento de competências digitais em áreas como Matemática, Ciências e Língua Portuguesa, conforme estabelecido pela **BNCC da Computação**.

O **Meio Ambiente**, enquanto tema transversal, vai além do ambiente físico e biológico, abrangendo também as relações sociais, econômicas e culturais. A **educação ambiental** deve ser trabalhada de forma integrada com diversas áreas do conhecimento, como **Ciências**, **Geografia** e até **Matemática**, com o objetivo de sensibilizar os alunos para a importância da preservação do meio ambiente. Reflexões sobre o impacto das atividades humanas no planeta, como o **desmatamento**, a **poluição** e a **sustentabilidade**, devem ser constantemente abordadas, promovendo o compromisso com a qualidade de vida e o **equilíbrio ambiental**.

A **ética** deve ser trabalhada a partir de temas da atualidade, como respeito, justiça e solidariedade, estimulando a autonomia dos educandos e sua compreensão das interações sociais dentro da escola e da comunidade.

Antirracismo e inclusão étnico-racial são abordagens essenciais, garantidas por leis como a **Lei nº 10.639/2003** e **Lei nº 11.645/2008**, e devem ser integradas a todas as disciplinas para promover a igualdade racial e combater o racismo em suas diversas formas.

O tema da **Orientação Sexual** deve ser abordado com respeito e foco em questões como métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis e a descoberta do corpo e da sexualidade, considerando sempre a maturidade e os contextos dos alunos.

Pluralidade Cultural se refere ao respeito e à convivência com os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira, estimulando a valorização da diversidade étnica e cultural como um fator de enriquecimento.

O tema **Trabalho e Consumo** prepara os jovens para sua inclusão no mundo do trabalho, discutindo questões como consumo, direitos e desemprego, fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência crítica.

A abordagem da **Saúde** visa ensinar aos alunos as noções básicas de higiene e saúde, além de temas como prevenção de doenças, uso de drogas e gravidez na adolescência. O **Programa Saúde na Escola**, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, busca contribuir para a formação integral dos estudantes, enfrentando vulnerabilidades que impactam seu desenvolvimento.

Esses temas, ao serem trabalhados de forma transversal e interdisciplinar, permitem uma visão diferenciada de mundo, ampliando o conhecimento e a aprendizagem. A **interdisciplinaridade** e a **transversalidade** se complementam, promovendo uma abordagem ativa e transformadora do ensino, vinculada às questões sociais e à formação crítica dos alunos.

11. Avaliação

O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e participação do aluno nas atividades escolares sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de criar, apropriar-se dos

conteúdos disciplinares inerentes à idade e série, de tomar iniciativa e o desenvolvimento ao ler, escrever e interpretar, visando à sua aquisição dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao pleno exercício da cidadania.

11.1. Critérios de Avaliação

11.1.1. Educação Infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394 de 1996 (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) sobre a avaliação, a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Quanto ao processo de Avaliação, para que a mesma seja realmente significativa e proporcione o desenvolvimento tanto das crianças como dos educadores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Será observado o roteiro de acompanhamento sistemático de elaboração do relatório avaliativo da educação infantil:

- Observações;
- Registros através de relatório escrito reflexivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de relatório descritivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de fotografias;
- Registro através de filmagens;
- Registro através de gravações em áudio;
- Registro através de fichas individuais elaboradas pela instituição/SME.

Será elaborado um relatório de caráter formal de caráter descritivo, crítico e reflexivo a partir do desenvolvimento da criança, em relação a cada eixo temático trabalhado, enfatizando os diversos aspectos do processo do seu desenvolvimento. Esse relatório será realizado a partir dos instrumentos avaliativos acima citados e deverá compor a documentação pedagógica da criança, ficando ao final do semestre na sua pasta arquivada na Secretaria da Instituição.

11.1.2. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A avaliação deve ser feita de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo aluno. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve ser avaliado em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Dessa forma, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos avaliativos usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar.

É essencial considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas: verificar como ele lida com cálculos, desenho e escrita, por exemplo. A produção escolar, cadernos, exercícios, a socialização com os colegas no desenvolver das atividades também deve ser levada em conta. Deve ser valorizado cada ganho do aluno, cada conquista em seu processo de aprendizagem.

O aluno será avaliado não apenas na sala de aula comum pelo professor regente, como também nas atividades realizadas no Atendimento Educacional Especializado pelo professor da Sala de Recursos Multifuncional. O qual desenvolverá atividades diferenciadas em relação às realizadas na sala comum, tais como: estímulos sensorio-motor, identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o objetivo de preparar, estimular e colaborar para a melhora na aquisição de conhecimentos dos alunos.

Assim, a avaliação do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, se dará da seguinte forma:

Na sala de aula comum - O aluno será avaliado, conforme o que foi planejado e registrado no Plano Educacional Individualizado (PEI), conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, homologado pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC em novembro de 2024. Os instrumentos de avaliação serão escolhidos e adaptados pelo professor regente com o auxílio do professor do AEE de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada aluno.

Na Sala de Recursos Multifuncionais - Durante todo o processo, o aluno será avaliado, gerando um registro do que foi observado, mediante o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, elaborado pelo professor do AEE. No final do bimestre o professor deverá preencher a Ficha Avaliativa por Conceitos e descrever as conquistas do aluno e quais objetivos foram alcançados e registrar de que forma as ações do AEE repercutiram no seu desempenho escolar, devendo o relatório produzir ser assinado pelos responsáveis do aluno e pelo corpo docente da Unidade Escolar.

Avaliar o desempenho escolar do aluno com deficiência requer um olhar de valorização das aquisições. Valorizar as aquisições e não as perdas.

Portanto, o processo de avaliação deve objetivar o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes. Desse modo, quanto à promoção dos alunos que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adequações, quando necessário. Segundo MEC, na Política Nacional de Educação Especial na

perspectiva da Educação Inclusiva, alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

“A possibilidade de o aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; A valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; A competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; O efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família”.

A decisão sobre a promoção ou retenção do aluno, deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração do PEI do aluno e a família, e ser registrado em ata.

A flexibilidade e a dinamicidade do currículo regular podem não ser suficientes para superar as restrições do sistema educacional ou compensar as especificidades reais dos alunos com deficiência. Desse modo e nas atuais circunstâncias, entende-se que as adequações curriculares se fazem, ainda, necessárias.

12. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição

PLANO ANUAL DE AÇÃO COLETIVA DO CMEI SEMEANDO SABER		
O que detectamos em 2024 que precisamos melhorar ou solucionar em 2025?		O que VAMOS fazer?
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS	<ol style="list-style-type: none">1. Infrequência e evasão escolar;2. Pouca participação de alguns pais nas atividades da instituição;3. Falta de uso de metodologias diversas e inovação tecnológica por parte de alguns profissionais;4. Dificuldade quanto à permanência de Assistentes de Desenvolvimento Infantil.	<ol style="list-style-type: none">1. Fazer um trabalho de conscientização quanto à importância da participação familiar e da frequência escolar no desenvolvimento da criança;2. Projetos envolvendo a família como forma de buscar parcerias;3. Ação conjunta, coordenação pedagógica, professores e monitores com menos experiência, afim de superar as dificuldades;4. Conscientizar os profissionais quanto à importância das formações continuadas.

RELAÇÕES COM OS ALUNOS

A instituição é um espaço social onde ocorre constantes conflitos entre as crianças, devido as diferenças entre si de personalidades e comportamentos, além de desigualdades sociais.

1. Uniformes
2. Pontualidade
3. Vulnerabilidade social

1. Elaborar projetos de forma lúdica e dinâmica; trabalhar a diferença e o respeito entre as crianças;
2. Conscientizar, incentivar e promover o uso do uniforme escolar;
3. Promover a conscientização em relação ao cumprimento da rotina estabelecida pela instituição;
4. Observar diariamente se existem casos de crianças em situação de vulnerabilidade. Se necessário, contatar os órgãos competentes.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS DA EQUIPE

1. Resistência, por parte de alguns profissionais, em atender às determinações/orientações pedagógicas e às formações continuadas;
2. Resistência, por parte de alguns profissionais, ao uso dos avanços tecnológicos, afins pedagógicos.

1. Reuniões visando abertura ao diálogo, à empatia e à prática da ética profissional.
2. Promover a interação, criando uma comunicação clara e efetiva entre os colaboradores. Estimular o trabalho em equipe;
3. Incentivar a participação de todos os professores e coordenadores em cursos de Formação Continuada, reforçando sempre que esta é uma das atribuições destinadas ao educador.

PARTICIPAÇÃO DOS PAIS	<p>1. Pouca participação em reuniões e outros eventos da instituição.</p>	<p>1. Realizar reuniões, eventos e projetos que propiciem interação dos pais, formando assim parcerias entre família e instituição, para juntos sanarmos as dificuldades e buscarmos o sucesso no desenvolvimento das crianças.</p>
INFRAESTRUTURA	<p>1. Banheiros: pintura; troca das portas; iluminação precária; bancadas e armários dentro do trocador;</p> <p>2. “Subir” o muro da instituição;</p> <p>3. Troca do portão principal;</p> <p>4. Interfone no portão principal;</p> <p>5. Pintura geral da instituição;</p> <p>6. Necessidade de reforma (urgente) do parquinho;</p> <p>7. Falta quadra coberta;</p> <p>8. Necessário um exaustor na cozinha e prateleiras de ardósia na despensa;</p> <p>9. Passarela coberta com acesso aos banheiros.</p>	<p>1. Buscar parcerias com o objetivo de realizar as melhorias, como elevar o muro da instituição;</p> <p>1. Ofício ao Prefeito e à Secretária, informando as necessidades das reformas estruturais em geral.</p> <p>2. Realização de eventos para arrecadação de recursos financeiros.</p> <p>4. Dentre várias outras necessidades, essas são nossas prioridades.</p>

<p style="text-align: center;">PRIORIDADES DO PDDE</p>	<p>1.As verbas do PDDE devem ser utilizadas para adquirir bens e melhoria da Infraestrutura física, bem como para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas da instituição.</p> <p>2.Equipamentos já se encontram danificados ou não atendem à demanda da instituição, dificultando assim a agilidade no preparo dos alimentos.</p>	<p>1.Custeio: Aquisição de material de consumo (materiais de papelaria, limpeza, higiene, reparos etc.) e contratação de serviços de manutenção etc.</p> <p>2.Capital: Aquisição de uma impressora e um liquidificador.</p> <p>Observação: Os utensílios deverão ser industriais para suprir a demanda da instituição.</p>
<p style="text-align: center;">SITUAÇÃO LEGAL DA INSTITUIÇÃO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Certificado anual de conformidade do CME em andamento; 2. Alvará Anual de Funcionamento em dia; 3. Vistoria do Corpo de Bombeiro em dia; 4. Certificado de dedetização. 	<p>Aguardando até o momento, a dedetização.</p>

13. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Alfa Mais Goiás: Fortalecimento da Educação em Goiás.* Brasília: MEC, 2023. Este documento aborda as estratégias e objetivos do programa Alfa Mais Goiás, destacando os avanços na educação básica e a integração de metodologias inovadoras nas escolas do estado de Goiás.

SANTOS, Maria Lúcia dos. *Educação Ambiental: Práticas e Perspectivas no Contexto Escolar.* São Paulo: Editora Educação Sustentável, 2021. A autora discute a importância da educação ambiental nas escolas, com ênfase nas práticas pedagógicas que podem ser implementadas para sensibilizar os alunos sobre as questões ambientais desde a educação infantil até o ensino médio.

SOUSA, João P. de. *Escola em Tempo Integral: Desafios e Possibilidades para a Formação Integral do Estudante.* Campinas: Editora Acadêmica, 2020. Este livro aborda as diferentes abordagens para a implementação de escolas em tempo integral, suas vantagens no processo de aprendizagem e a construção de um ambiente educacional mais amplo e integrado para os alunos.

MARTINS, Fernanda S. e LIMA, Marcos T. de. *A Escola das Adolescências: Inovações Pedagógicas e Formação Integral de Jovens.* Rio de Janeiro: Editora Juventude e Educação, 2022. A obra analisa o conceito de escola para adolescentes, focando nas estratégias pedagógicas que visam promover uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades dessa faixa etária.

GOMES, Rita S. et al. *Práticas de Educação Ambiental nas Escolas de Tempo Integral em Goiás.* Goiânia: Editora Goiás, 2021. Este estudo investiga as práticas de educação ambiental nas escolas de tempo integral no estado de Goiás, destacando os desafios e as metodologias aplicadas para integrar questões ambientais ao currículo escolar.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental: Computação e Tecnologias Digitais.* Brasília: MEC, 2020. A BNCC aborda a inserção das competências digitais e de computação no currículo escolar, evidenciando a importância da educação tecnológica no desenvolvimento dos alunos, desde a educação infantil até o ensino fundamental.

SILVA, Claudia N. da. *Antirracismo na Educação: Práticas Pedagógicas para a Inclusão Étnico-Racial nas Escolas.* São Paulo: Editora Educativa, 2021. Este livro oferece reflexões e práticas pedagógicas para promover o antirracismo nas escolas, com foco na inclusão étnico-racial e na valorização da cultura negra dentro do ambiente escolar.

LIMA, Marcos T. de e PEREIRA, Ana Lúcia F. *Inclusão Étnico-Racial e Educação: Desafios e Estratégias para uma Prática Pedagógica Antirracista*. Rio de Janeiro: Editora Diversidade, 2022.

A obra discute a implementação de ações pedagógicas antirracistas e a importância de uma abordagem inclusiva, que promova a igualdade de oportunidades para estudantes de diferentes etnias.

BOUTINET, Jean-Pierre. *Antropologia do Projeto*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002.

O autor explora a relação entre antropologia e o conceito de projeto, discutindo suas implicações no desenvolvimento de propostas educacionais e sociais.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Documento que apresenta diretrizes para a formação de currículos voltados para a educação infantil, com ênfase nas práticas pedagógicas para o desenvolvimento integral das crianças.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Para a Formação de Professores*. MEC/SEF. Brasília, 1999. Este referencial propõe orientações para a formação docente, buscando fortalecer as práticas pedagógicas e o desenvolvimento profissional dos educadores.

BRASIL. *Lei 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece as normas gerais para a educação brasileira, definindo direitos e responsabilidades em todos os níveis de ensino.

BRASIL. *Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: MEC, 1990. Este documento estabelece os direitos fundamentais da criança e do adolescente, com foco na proteção, educação e cidadania.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. CBMM/Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças/UNICEF/Oficina de Ideias. *10 Medidas Básicas para a Infância Brasileira*. São Paulo, 1994.

As medidas apresentadas visam promover o desenvolvimento e a proteção integral da criança, com implicações diretas nas práticas pedagógicas e educacionais.

DEWEY, J. *Como Pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. A obra de Dewey aborda a importância do pensamento crítico e reflexivo no processo educacional, defendendo a educação como um meio para o desenvolvimento do pensamento independente e da resolução de problemas.

DOMINGUES, José Luís. *O Cotidiano da Escola de 1º Grau: O Sonho e a Realidade*. Tese de doutorado, PUC, São Paulo, 1985. A pesquisa de Domingues reflete sobre as contradições entre as expectativas e a realidade do cotidiano escolar, especialmente no ensino fundamental.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. *A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: O Conhecimento é um Caleidoscópio.* Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998. O livro discute como organizar o currículo escolar a partir de projetos de trabalho, com uma abordagem interdisciplinar e centrada na construção do conhecimento pelo aluno.

MIRANDA, Cláudia. LOPES, Angélica Carvalho. RODRIGUES, Vera Lúcia. *Alfabetização.* São Paulo: Ática, 2001. A obra oferece uma reflexão sobre as práticas de alfabetização e a construção do conhecimento, com foco nas metodologias mais eficazes para o desenvolvimento da leitura e escrita.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Escola, Currículo e a Construção do Conhecimento.* In: *Escola Básica.* Coletânea CBE Campinas, Papirus, 1992. O autor reflete sobre o papel do currículo escolar na construção do conhecimento e como ele pode ser um instrumento para a promoção de um aprendizado mais significativo.

RIBEIRO, Lucília Ávila. *Coleção Construindo um Mundo Melhor com Estudos Sociais, Saúde e Ciências.* São Paulo: Editora Ávila, 2005. A coleção busca integrar temas de estudos sociais, saúde e ciências de forma a promover a educação para a cidadania e o bem-estar social.

SNIDER, Georges. *Alegria na Escola.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. O autor propõe uma reflexão sobre como a escola pode ser um ambiente prazeroso e estimulante para o aprendizado, enfatizando a importância da alegria e da motivação no processo educativo.

14. Ata de Aprovação

ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Centro Municipal de Educação Infantil Semeando Saber
Cristalina, Go, 18 de março de 2025.

Aos dezoito dias do mês de março do ano de 2025, reuniram-se direção, professores, funcionários, alunos e pais do Centro Municipal de Educação Infantil Semeando Saber para análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico para o ano de 2025. Ressalta-se que a elaboração do mesmo se deu de forma coletiva e participativa dos componentes da comunidade escolar com a intenção da escola e seus profissionais realizarem um trabalho de qualidade, resultante de reflexões e questionamentos dos profissionais sobre o que é a escola hoje e o que poderá a vir a ser. Foram discutidas as fraquezas, ameaças, oportunidades e forças da instituição bem como verificados os resultados das avaliações externas e fluxo do ano de 2024 para que servissem de diagnósticos orientadores para a elaboração do Plano de Ação Coletiva 2025. Desta forma o Projeto Pedagógico apresentado expressa a identidade da escola como uma instituição que tem personalidade própria, por refletir o pensamento do seu coletivo, levando em consideração as práticas e necessidades da comunidade escolar, as diretrizes nacionais, e as normas, regulamentos e orientações curriculares e metodológicas do Sistema Municipal de Educação, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola; gestão democrática; qualidade do ensino; organização e integração curricular; integração escola/família/comunidade e autonomia.

Nome Completo dos Participantes:	Cargo que ocupa:	Assinatura:
Andreia da Costa Mendes	Minitora	Andreia da C. Mendes
Ariana Oliveira Gonçalves	Merendeira	Ariana Oliveira
Cíntia Caixeta	Professora	Cíntia Caixeta
Ilma Alves de Oliveira	Merendeira	Ilma Alves de Oliveira
Jeielma Fernandes T. de Queiroz	Professora	Jeielma F. T. de Queiroz
Kelly Alves da Silva	Coord. Pedagógica	Kelly Alves da Silva
Laêni de Oliveira	Professora	Laêni de Oliveira
Luciana Aparecida Freitas	Auxiliar Administ.	Luciana A. Freitas
Luciana Pereira Suarte	ASG	Luciana P. Suarte
Ludmila Maryelle Dourado Silva	Professora	Ludmila M. D. Silva
Maria Célia Nunes Franco Siqueira	Professora	Maria C. Nunes
Maria Geralda Alves Mendes Dornelas	Professora	Maria G. Alves
Neliane Bezerra Cirino	Coord. Pedagógica	Neliane B. Cirino
Patrícia Gonçalves Neves	Coordenadora Geral	Patrícia G. Neves
Vanessa Flores Teixeira	ASG	Vanessa F. Teixeira
Maria Elisiane Sales Santos	ASG	Maria Elisiane S. Santos
Jucélio Luciano Oliveira	Segurança	Jucélio L. Oliveira
Luciene Francisca de A. Fonseca	ASG	Luciene F. A. Fonseca

15. Anexos





DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

Relatório de Análise do Projeto Político Pedagógico

Foi realizada a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) do **CMEI Semeando Saber** para o ano letivo de 2025, documento essencial para nortear a organização e o funcionamento da instituição. O PPP apresenta a identidade da unidade escolar, incluindo sua história, missão e dados institucionais, além de traçar um diagnóstico detalhado da realidade educacional e estabelecer diretrizes pedagógicas e administrativas que garantam um ensino de qualidade. O diagnóstico institucional contempla informações sobre o desempenho acadêmico dos estudantes e fluxo escolar. A partir dessa análise, foram identificados pontos de atenção que orientam a formulação de estratégias pedagógicas e ações de intervenção. Os resultados do ano anterior também foram examinados, fornecendo um panorama da progressão dos alunos e orientando a formulação de medidas pedagógicas para fortalecer o ensino. A aplicação da Análise SWOT possibilitou uma visão estratégica da escola, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A partir desse levantamento, foram traçadas ações que potencializam os pontos fortes da instituição, minimizam os desafios internos, aproveitam oportunidades externas e enfrentam riscos que possam comprometer o desempenho educacional. Dessa forma, essa abordagem orienta um planejamento escolar mais eficiente e alinhado às necessidades da comunidade escolar.

O PPP também define objetivos gerais e específicos alinhados à missão da escola e fundamentados nos princípios legais que regem a educação básica. O documento está em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece os princípios e fins da educação brasileira. Além disso, atende à Lei nº 11.274/2006, que regulamenta o ensino fundamental de nove anos com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, e à Lei nº 12.796/2013, que alterou a LDB para tornar obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos quatro anos de idade, incluindo a educação especial como modalidade a ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. O documento também está respaldado pelo Estatuto da

Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que assegura os direitos dos estudantes no ambiente escolar.

A proposta curricular da escola está organizada de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normativas do Conselho Municipal de Educação, garantindo que as aprendizagens essenciais sejam asseguradas. O currículo contempla a Educação Infantil, voltada ao desenvolvimento integral das crianças; o Ensino Fundamental, estruturado para atender às demandas cognitivas e socioemocionais dos alunos. Além disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é disponibilizado para garantir a inclusão e a equidade no ensino.

No que se refere à estrutura e funcionamento da instituição, o PPP descreve a organização administrativa e pedagógica, os espaços físicos, as instalações e os equipamentos disponíveis, a composição das turmas e a participação discente. Também apresenta as diretrizes do regimento escolar e do conselho de classe, que regulam as práticas institucionais. A equipe de recursos humanos é detalhada, destacando a atuação de gestores, docentes, auxiliares administrativos e profissionais de serviços gerais na manutenção do funcionamento da escola.

A avaliação do desempenho dos alunos segue critérios bem definidos, assegurando um acompanhamento contínuo da aprendizagem.

Por fim, o PPP apresenta o Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição, que sistematiza todas as iniciativas planejadas para o período de vigência do documento, garantindo o alinhamento das metas pedagógicas, a implementação de projetos institucionais e a efetivação de ações de intervenção educativa. Considerando a análise realizada, verifica-se que o Projeto Político Pedagógico da escola está devidamente estruturado, fundamentado nos princípios legais e pedagógicos vigentes e atende às exigências institucionais e educacionais para o ano letivo de 2025.

A aprovação do Projeto Político Pedagógico pela comunidade escolar evidencia a construção coletiva e participativa do documento, reforçando os princípios da gestão democrática e a autonomia institucional. Após a análise documental e a verificação do cumprimento das diretrizes pedagógicas e normativas, conclui-se que o projeto está devidamente estruturado e apto para implementação, garantindo a qualidade e a efetividade das ações educacionais propostas.